

**10) Processo nº 714842012-00**

Responsável: Sr(a). ~~Humberto de Abreu-Frazão Netto~~
Origem: ~~Fundo Municipal de Habitação / Santarém~~
Assunto: ~~Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão~~
Exercício: ~~2012~~
Relator: ~~Conselheira Mara Lúcia Barbalho~~

11) Processo nº 141972010-00

Responsável: Sr(a). ~~Raimundo Pinheiro dos Santos (01/01 a 31/03 e 18/10 a 31/12); Sr(a). Reynaldo A. dos Reis Soares (01/04 a 08/08); Francileno Lima Mendes (09/08 a 17/10).~~
Origem: ~~FUMBEL / Belém~~
Assunto: ~~Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão~~
Exercício: ~~2010~~
Relator: ~~Conselheiro Cezar Colares~~
Advogado/Contador: Sr(a). ~~Maria Nilze Pinheiro~~

12) Processo nº 492252013-00

Responsável: Sr(a). ~~Daniel Ferreira dos Santos~~
Origem: ~~Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) / Muaná~~
Assunto: ~~Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão~~
Exercício: ~~2013~~
Relator: ~~Conselheiro Sérgio Leão~~

13) Processo nº 33552014-00

Responsável: Sr(a). ~~Renilse Silva de Sousa~~
Origem: ~~Instituto de Previdência do Município (IPM) / Afuá~~
Assunto: ~~Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão~~
Exercício: ~~2014~~
Relator: ~~Conselheiro Sérgio Leão~~

14) Processo nº 252232014-00

Responsável: Sr(a). ~~Júlia da Silva Martins~~
Origem: ~~Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente / Chaves~~
Assunto: ~~Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão~~
Exercício: ~~2014~~
Relator: ~~Conselheiro Sérgio Leão~~

15) Processo nº 824082014-00

Responsável: Sr(a). ~~Rosilcia Felipe Brito Melo~~
Origem: ~~Fundo Municipal de Educação / Soure~~
Assunto: ~~Prestação de Contas - Contas Anuais de Gestão~~
Exercício: ~~2014~~
Relator: ~~Conselheiro Sérgio Leão~~

16) Processo nº 201702274-00

Interessado(a): Sr(a). ~~Carlo Iavé Furtado de Araújo~~
Origem: ~~Prefeitura Municipal / Redenção do Pará~~
Assunto: ~~Consulta - Consulta "sobre a legalidade de celebração de convênio com a Defensoria Pública, e posterior cessão de servidores (efetivos e temporários)"~~
Exercício: ~~2017~~
Relator: ~~Conselheira Mara Lúcia Barbalho~~

~~Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 15/02/2018.~~

HILDA MARIA ZAHLUTH CENTENO NORMANDO

Subsecretário

Protocolo: 12346

PUBLICAÇÃO DE ATO - JULGAMENTO**RESOLUÇÃO Nº 13.682, DE 08/02/2018**

PROCESSO Nº 201800996-00

MUNICÍPIO: IPIXUNA DO PARÁ

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL

ASSUNTO: CONSULTA

INTERESSADA: KATIANE FEITOSA DA CUNHA

ADVOGADO: MIGUEL BIZ OAB/PA 15.409-B

RELATOR: CONSELHEIRO CEZAR COLARES

EMENTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ.

Consulta. Conhecimento. Atualização anual do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica instituído pela Lei nº 11.738/08 não importa em critério de reajuste ou revisão para os que recebam acima do piso (Lei nº 11.738/2008). Toda fixação e a alteração da remuneração dos servidores públicos somente pode ser realizada por meio de lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso (Art. 37, X, da CF).



Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA, formulada por autoridade competente sobre caso hipotético apresentando os seguintes questionamentos: “a) O aumento feito a cada ano, na forma do Art. 5º, da Lei 11.738/2008, é estendível aos professores que possuem vencimento base acima do valor atualizado do piso? b) Sendo positiva a resposta à pergunta anterior, o acréscimo é feito em valor nominal ou em percentual correspondente ao vencimento fixado pelo Governo Federal? c) Sendo positiva a resposta anterior, a fixação/reajuste deve ser feita mediante Lei Municipal ou ato do Governo Federal é legítimo para fixar o aumento de tal despesa?”, RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade.

Decisão: em aprovar a resposta à CONSULTA, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator.

Protocolo: 12347

EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 5010/2018/5ª CONTROLADORIA/TCM-PA

(Processo nº 201711511-00)

De Citação, com prazo de 30 (trinta) dias, o(a) Senhor(a) **Carlos Melo Lima Junior**.

O Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Administrativa nº 07 TCM/PA de 09/02/2017, e com fundamento nos art. 64 da Lei Complementar nº 109/2016, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Eletrônico Oficial, o(a) Senhor(a) **Carlos Melo Lima Junior**, responsável pela prestação de contas da **Câmara Municipal de Augusto Corrêa, no exercício de 2015**, para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação do presente Edital, apresente neste TCM-PA defesa e esclarecimentos, de acordo com os autos do processo nº 201711511-00, sob pena de revelia.

Belém, 16 de fevereiro de 2018.

Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas

Relator/5ª Controladoria/TCM

Protocolo: 12263

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 5011/2018/5ª CONTROLADORIA/TCM-PA

(Processo nº 340022014-00)

De Citação, com prazo de 30 (trinta) dias, o(a) Senhor(a) **José Amiraldo Lopes de Jesus**.

O Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Administrativa nº 07 TCM/PA de 09/02/2017, e com fundamento nos art. 64 da Lei Complementar nº 109/2016, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Eletrônico Oficial, o(a) Senhor(a) **José Amiraldo Lopes de Jesus**, responsável pela prestação de contas da **Câmara Municipal de Inhangapi, no exercício de 2014**, para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação do presente Edital, apresente neste TCM-PA defesa às falhas apontadas no Relatório Técnico Inicial nº 645/2017-5ª Controladoria/TCM-PA, sob pena de revelia.

Belém, 16 de fevereiro de 2018.

Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas

Relator/5ª Controladoria/TCM

Protocolo: 12266

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 5012/2018/5ª CONTROLADORIA/TCM-PA

(Processo nº 344062014-00)

De Citação, com prazo de 30 (trinta) dias, o(a) Senhor(a) **Cleide Monteiro Oliveira**.

O Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Administrativa nº 07 TCM/PA de 09/02/2017, e com fundamento nos art. 64 da Lei Complementar nº 109/2016, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Eletrônico Oficial, o(a) Senhor(a) **Cleide Monteiro Oliveira**, responsável pela prestação de contas do **Fundo Municipal de Saúde de Inhangapi, no exercício de 2014**, para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação do presente Edital, apresente neste TCM-PA defesa às falhas apontadas no Relatório Técnico



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES
Processo nº 201800996-00

PROCESSO:	201800996-00
MUNICÍPIO:	IPIXUNA DO PARÁ
ÓRGÃO:	PREFEITURA MUNICIPAL
ASSUNTO:	CONSULTA
RESPONSÁVEL:	KATIANE FEITOSA DA CUNHA
ADVOGADO:	MIGUEL BIZ OAB/PA 15.409-B
RELATOR:	CEZAR COLARES

RELATÓRIO

Trata o presente processo de consulta formulada pela Sra. **KATIANE FEITOSA DA CUNHA**, Prefeita Municipal de Ipixuna do Pará, no exercício de 2018, indagando sobre: 1) se o aumento feito a cada ano, na forma do art. 5º, da Lei nº 11.738/2008, é estendível aos professores que possuem vencimento base acima do valor atualizado do piso; 2) se o acréscimo é feito em valor nominal ou em percentual correspondente ao vencimento fixado pelo Governo Federal; e 3) se a fixação/reajuste deve ser feita mediante Lei Municipal ou o ato do Governo Federal é legítimo para fixar o aumento de tal despesa.

Os autos foram encaminhados à minha Relatoria, nos termos do vigente Regimento Interno deste TCM/PA, para exame de admissibilidade e demais providências de instrução. Em seguida, solicitei manifestação da DIJUR, nos termos do art. 300, §4º do Regimento Interno deste TCM/PA, que respondeu às fls. 12-20, por meio do Parecer Jurídico Nº 017/2018/DJUR/TCM-PA, que passa a integrar o presente relatório.

É o que tenho, brevemente, a relatar.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES
Processo nº 201800996-00

ADMISSIBILIDADE

A consulta vem formulada por autoridade competente, em tese, com apresentação objetiva dos quesitos e das dúvidas quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais, além de se tratar de matéria afeta à competência desta Corte de Contas, preenchendo, com isto, os requisitos de admissibilidade previstos nos incisos do art. 298 e seguintes do Regimento Interno deste TCM/PA.

MÉRITO

No mérito, sigo o entendimento exposto pela Diretoria Jurídica deste TCM/PA para responder aos questionamentos apresentados pelo Consulente da seguinte maneira:

1) O aumento feito a cada ano, na forma do art. 5º, da Lei 11.738/2008, é estendível aos professores que possuem vencimento base acima do valor atualizado do piso?

Não. O piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica instituído pela Lei nº 11.738/08 é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não podem fixar o vencimento inicial das carreiras para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais. Destarte, por se tratar de valor mínimo para a fixação de remuneração, a atualização anual deste valor não importa em critério de reajuste ou revisão para o vencimento dos profissionais do magistério público da educação básica, devendo apenas aqueles que por ventura passarem a receber abaixo do piso salarial terem os seus vencimentos reajustados para atender ao que determina a legislação federal sobre a matéria.

2) Sendo positiva a resposta à pergunta anterior, o acréscimo é feito em valor nominal ou em percentual correspondente ao vencimento fixado pelo Governo Federal?



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO CONSELHEIRO CEZAR COLARES
Processo nº 201800996-00

Como a resposta do item 1 foi negativa, resta prejudicada a análise do segundo questionamento, sendo impertinente qualquer outra observação acerca da pergunta feita.

3) Sendo positiva a resposta anterior, a fixação/reajuste deve ser feita mediante Lei Municipal ou ato do Governo Federal é legítimo para fixar o aumento de tal despesa?

Apesar de também prejudicada a resposta à presente questão, entendo relevante aproveitar o ensejo para esclarecer que, segundo o que determina a Constituição Federal em seu artigo 37, X, a fixação e a alteração da remuneração dos servidores públicos somente pode ser realizada por meio de lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso. Assim, quaisquer adequações necessárias ao atendimento dos valores determinados pela Lei nº 11.738/08 no piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica não se dá de modo imediato, mas depende de lei municipal específica.

É a proposta de Resolução.

Belém, 08 de fevereiro de 2018.

Conselheiro CEZAR COLARES